PRODUÇÃO DESTRUTIVA E ESTADO CAPITALISTA

Por: Demetrio Cherobini

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 105 p.

A teoria da crise estrutural do capital, de István Mészáros, despertou polêmica entre os estudiosos marxistas por se contrapor a algumas leituras consolidadas entre essa destacada tradição intelectual e política. Até aí, nenhum problema, visto que o confronto franco e aberto de ideias fecunda a discussão e estimula a produção do conhecimento, condição imprescindível para a efetivação plena e consequente daquilo que Marx chamou de *emancipação humana*. No entanto, observamos que algumas imprecisões em relação à avaliação da formulação mészárianiana têm levado ao truncamento do debate, o que implica em barreiras consideráveis para que a polêmica se torne frutífera e concorra positivamente para o avanço dos esforços políticos daqueles que, na atualidade, se situam do lado proletário da luta de classes. Nesse sentido, acreditamos que uma leitura atenta do ensaio *Produção destrutiva e Estado capitalista* ajuda a dirimir boa parte dessas imprecisões.

O referido ensaio, aparecido no Brasil em 1989, analisa temas fundamentais, mais tarde amplamente desenvolvidos no principal livro de Mészáros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, de 1995. Não por acaso, as reflexões contidas em *Produção destrutiva e Estado capitalista* foram inseridas no interior dessa obra maior e, por tal razão, revelam, sob a luz privilegiada do presente, elementos importantes do amadurecer da elaboração do filósofo a respeito do sistema do capital e sua crise estrutural.

Qual o x da questão? Em nossa opinião, há duas posições problemáticas. De um lado estão os leitores que acreditam que a teoria da crise estrutural designaria uma época histórica, iniciada em torno de 1970, a partir da qual o desenvolvimento das forças produtivas se mostraria difícil, ou até mesmo impossível¹. De outro lado aparecem os críticos segundo os quais a referida teoria seria incapaz de apreender a verdadeira dinâmica do capital, o que redundaria numa *negação* das célebres crises cíclicas², analisadas por Marx em sua obra de maturidade. Para nós, nenhuma dessas leituras se sustenta, como procuraremos demonstrar, sinteticamente, com base na argumentação apresentada em *Produção destrutiva e Estado capitalista*.

A premissa de que Mészáros aí parte é a da relação dialética existente entre produção e consumo no sistema do capital. Haveria, segundo o filósofo, uma *determinação recíproca*, envolvendo inúmeras mediações, atuando em ambos os polos dessa relação, sendo que o momento predominante caberia ao da produção (ou melhor, da *reprodução*) do capital.

Nesse contexto, é possível perceber que a assim chamada *crise estrutural* tem a ver com aquilo que Mészáros chama de *produção destrutiva* – ou como José Chasin (prefaciador do ensaio) diz: a *produção da destruição* –, que responde por uma conformação específica do movimento dialético que percorre produção e consumo. A produção destrutiva seria um meio desenvolvido pelo próprio capital para lidar com as contradições inerentes ao processo de superprodução (ou *superprodução crônica*, como o pensador húngaro a nomeia em algum ponto de seu texto).

Para delinear tais ideias, Mészáros lança mão de uma categoria que precisa ser entendida no contexto da sua argumentação, articulada com suas premissas e com as demais formulações aí desenvolvidos: a *taxa de uso decrescente*, que diz respeito, entre outras coisas, à quantidade proporcional de tempo alocado na produção de bens relativamente duráveis e de bens de consumo rápido. A taxa de uso decrescente, ou melhor, a forma como o capital manipula a taxa de uso decrescente – e ressaltemos que Mészáros compreende essa taxa como um fruto do próprio desenvolvimento da força produtiva do trabalho –, é fundamental para a definição do conceito de crise estrutural.

---

¹ Esta é a posição de Sérgio Lessa. Ver LESSA, Sérgio. *Alienação e estranhamento*. Apêndice a MARX, Karl. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

² Esta é a posição de José Martins. Ver MARTINS, José. *Império do terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

A taxa de uso decrescente, no interior da crise estrutural, não tem a ver exatamente com um “não uso” (embora isso possa ocorrer) da produção social, mas com algo mais específico: um *uso dissipador* (ou destrutivo) da mesma. Isso incide não só sobre os bens de consumo rápido ou os bens relativamente duráveis, mas em todas as relações sociais que formam o circuito incessante da autorreprodução do capital.

Mészáros explica que, para esse sistema, é indiferente se os sujeitos utilizam muito ou pouco, ou mesmo se utilizam, as mercadorias que são trazidas à luz no processo produtivo e vendidas na sequência. No entanto, a *linha de menor resistência* que o capital acabará adotando se definirá pela implementação do *uso dissipador*, visto que tal forma, nas condições atuais, é a que revela ser a mais adequada ao seu processo de reprodução sociometabólica. (Observamos, assim, que, de acordo com o filósofo húngaro, o processo de produção e reprodução do capital cria, em cada momento histórico, um tipo específico de uso, adaptado às suas necessidades).

Na atual época, tal processo se corporifica na *combinação* de *superprodução* e *subutilização* de capital, mas, sublinhamos, *superprodução e subutilização no sentido dissipador*, isto é, *destrutivo*, como mencionamos acima. Isso se verifica, articuladamente, nas mais variadas esferas do sistema, criando, entre outras coisas, força de trabalho supérflua, sucateamento de meios de produção, obsolescência planejada e o surgimento do *complexo militar-industrial*, o elemento mais importante para a apreensão da teoria da *crise estrutural*. De acordo com Mészáros, no contexto de tal crise, o complexo militar-industrial se estabelece como centro que organiza a dinâmica sociometabólica do capital.

O complexo militar-industrial, em forma institucionalizada, é eficaz em resolver o problema do imperativo radical de dissipação em larga escala de “bens perfeitamente usáveis”, assim como do próprio capital. O sistema efetua, desse modo, uma “estratégia de realização” que não depende da demanda flutuante do mercado e não se atrela às limitações do valor de uso assentado sobre alguma necessidade que se possa considerar como verdadeiramente humana.

Daí Mészáros afirmar: “o objetivo e o princípio orientador da produção vem a ser: como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de uso mínima, que mantenha a continuidade da reprodução ampliada?” – frisemos, aqui, os seguintes termos: *produção, expansão, lucratividade e reprodução ampliada*: em nossa opinião, é essa a passagem que melhor permite

descartar a interpretação de que a teoria da crise estrutural se definiria pela dificuldade ou ausência de desenvolvimento das forças produtivas.

Sob tais condições, diz o filósofo húngaro, verifica-se a “transformação radical da produção genuinamente orientada para o consumo em destruição”. Realiza-se, conseqüentemente, de maneira generalizada, um “crescimento cancerígeno”, uma “produção-dissipadora”, que adota uma forma extremada de desperdício, “isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados como meio dominante de ordenação do capital superproduzido”. Nesse contexto, *consumo* e *destruição* se tornam equivalentes funcionais. O capital se realiza, assim, na destruição.

Mészáros retoma, aqui, a reflexão estabelecida anteriormente por Rosa Luxemburgo sobre a produção-militarista, mas diz que o que se verifica hoje é algo mais ricamente determinado, justamente o *complexo militar-industrial*, cuja complexidade é dada pela relação íntima e visceral que tal sistema mantém com o *Estado capitalista*. Nesse sentido, o filósofo ressalta que, depois do segundo pós-guerra, as transformações das estruturas produtivas, realinhadas paralelamente com o Estado, fizeram com que “a própria Nação” corporificasse em si uma fusão de produtor/comprador/consumidor, política e ideologicamente legitimada, adequada às necessidades expansivas do sociometabolismo do capital.

Nesse contexto, a posição e as ações econômicas e políticas dos *EUA* desempenham um papel-chave para a definição da crise estrutural, na medida em que esse país se constituiu, em razão das circunstâncias históricas, como o centro do sistema mundial do capital. Assim, segundo Mészáros, apesar de o complexo militar-industrial já ser algo em progressão no início do século XX, a sua adoção geral só aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, sendo os *EUA* o lócus onde esse sistema exerce, desde então, a posição dominante. É aí que se situa a etapa mais desenvolvida do fenômeno em questão, a materialização consumada da fusão entre a dinâmica produtivo-destrutiva do capital e a Nação produtora/compradora/consumidora do complexo militar-industrial, fato que, por certo, desencadeia consequências graves para todo o planeta.

Cabe, agora, a pergunta: esse quadro, de crise estrutural, elimina a teoria das *crises cíclicas*? De forma alguma, e aqui chegamos ao ponto, talvez, mais importante da reflexão de Mészáros: aquilo que o autor chama de *continuum depressivo*, que nada tem a ver com o estancamento ou a não retomada da superprodução de capital, nem com o não desenvolvimento das forças produtivas, e sim com a combinação de

administração das crises e autorreprodução destrutiva do capital, no sentido que acima expusemos.

Mészáros diz que, no contexto da autorreprodução destrutiva do capital, as crises não são eliminadas, mas “administradas” (isto é, produzidas e manipuladas intencionalmente) e “estendidas”, “tanto no sentido temporal, como no que diz respeito à sua localização estrutural no conjunto global”. E complementa afirmando que, enquanto o capital e seu Estado tiverem sucesso na imposição de seus interesses, a tendência é de que “não haverá grandes tempestades [isto é, como a crise de 1929] a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações [isto é, crises cíclicas e periódicas] de frequência e intensidade crescentes por todo lugar”.

Portanto, podemos verificar que o conceito de *crise estrutural* não só não elimina o conceito de crise cíclica, como o engloba. Com efeito, Mészáros afirmou, mais tarde, quando da ocasião da crise econômica de 2008, o seguinte:

Capitalismo e crise são sinônimos. Marx disse isso muitas vezes. Mas ele estava a falar acerca de crises cíclicas. O capitalismo tem crises regularmente. Marx utilizou mesmo a expressão: estas crises descarregam-se numa tempestade. Então estamos de volta ao normal, por assim dizer. Um bocado de capital excedente é destruído, e pode-se começar todo o jogo outra vez, até que se atinja um ponto de superacumulação, e então uma nova descarga torna-se necessária. É isto que temos estado a viver. Agora, o nosso grande privilégio, se se quiser, é que temos ambas. Temos tanto a crise cíclica, como esta profunda e sempre em aprofundamento crise estrutural de todo o sistema, o sistema total do capital (Cf. MÉSZÁROS, 2017).

Vemos, assim, de modo conclusivo, que Mészáros não está negando a teoria das crises cíclicas (com sua correspondente “destruição produtiva”), mas integrando-a dialeticamente à teoria da crise estrutural (e a sua consequente *produção destrutiva*).

Atentemos, apenas, para a grande novidade da coisa: enquanto que nas crises cíclicas, materializadas no ponto mais alto do ciclo da superprodução de capital, a destruição se manifestava como meio para a renovação e retomada de todo o processo, no contexto da crise estrutural (que não elimina, como mostramos, as crises cíclicas, mas que se serve delas), sob o domínio da produção destrutiva e a afirmação radical do complexo militar-industrial, a destruição não representa a saída da crise, mas a própria locomotiva devastadora e impiedosa da dinâmica de reprodução sociometabólica do capital.

Com tal formulação, Mészáros se inscreve na melhor tradição revolucionária marxista, aquela que se empenha em criar novos conceitos e categorias, com o objetivo de apreender a realidade concreta para enfrentá-la e superá-la. A criação de

novos conceitos e categorias (e não somente a repetição dos antigos), para fins práticos de transformação do mundo, foi algo primado por Marx, e não faria sentido imaginar que o filósofo de Trier pretendesse que não adotássemos a mesma postura intelectual e política para o enfrentamento da ordem do capital.

Referências

MÉSZÁROS, István. **Crise dual**. Londres: 2008. Disponível em <http://resistir.info/meszaros/dual_crisis.html>. Acesso em 09/11/2017.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989. 105 p.

Recebido em 19/11/2017

Aprovado em 03/08/2018